

## Museologia Social e Comunitária na Paraíba: Memoriação, Lutas e Resistências

Átila Bezerra Tolentino  
Universidade Federal da Paraíba  
atilabt@gmail.com

Os ares de uma museologia social e comunitária têm se reverberado em diferentes países, sobretudo nas duas últimas décadas e especialmente na América Latina. As experiências se materializam em diferentes acepções, como ecomuseus, museus comunitários, museus de vizinhança, museus quilombolas, museus indígenas, pontos de memória, museus de território, museus de favelas, entre várias outras estéticas criativas e potentes de se trabalhar com a memória coletiva de grupos historicamente periféricos e marginalizados.

Vários fatores contribuíram para que esse cenário se configurasse no campo dos museus, a exemplo dos novos pensamentos que permearam os anseios sociais após a 2ª Guerra Mundial, as ideias revolucionárias inerentes à década de 1960 e, delas decorrentes, importantes eventos internacionais no campo da museologia que buscaram refletir a função social dos museus e seu papel junto às comunidades onde atuam. A Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), tomada como um marco, exemplifica como novos debates e novos olhares passaram a ter protagonismo nas preocupações em torno do campo dos museus e da museologia.

Uma das consequências desses novos ares é que foi colocado em xeque o próprio fazer museal, enquanto prática, e a museologia, enquanto disciplina ou pensamento. Passou-se a questionar o papel da instituição museal cuja prática se foca exclusivamente na preservação do objeto e numa narrativa de memórias coletivas do “outro”, muitas vezes supostamente homogêneas. E, ao se questionar o fazer museológico que simplesmente reproduz um determinado status quo, a museologia enquanto disciplina também é afetada. Esta deixa de ser meramente técnica e aplicada, passando a abarcar, de forma interdisciplinar sobretudo com as Ciências Sociais, questões sociais, políticas, filosóficas e estéticas decorrentes das relações construídas, entre os sujeitos, os objetos e o meio ambiente nos processos de musealização.

No Brasil, uma outra consequência merece destaque, que certamente tem influenciado a criação e significação das experiências de museologia social e comunitária em nosso país. A Política Nacional de Museus – PNM, concebida de forma democrática no ano de 2003, com a participação ativa de diferentes atores do campo, absorveu e transformou em agenda política as demandas dos defensores da museologia social. Na prática, os anseios da museologia social se revestiram em ações e se institucionalizam em programas, estimulando iniciativas de museologia comunitária nas diferentes regiões do país.

No Estado da Paraíba, as experiências de museologia social e comunitária têm as suas dinâmicas próprias, mas certamente são reflexos dos acontecimentos na área em nível nacional. Portanto, este artigo pretende apresentar casos e iniciativas de museus comunitários paraibanos, delineando as suas especificidades e como que a configuração de memórias coletivas de grupos sociais historicamente subalternizados está atrelada às suas lutas, demandas e resistências. É nesse sentido que me reporto às palavras de Ecléa Bosi para refletir sobre a força subjetiva da memória, “ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (BOSI, 1994, p. 46). Bosi nos ensina que a memória é trabalho, ou seja, ela é dinâmica, significada e ressignificada constantemente. A partir dessa ideia, considero os trabalhos dos museus comunitários paraibanos com sua memoriação, ou seja, levando em conta a junção das palavras memória + ação. Portanto, ela é ativa, age e interfere nos processos de representações a todo momento no presente, aí incluídas as lutas e anseios dos diferentes grupos sociais.

Para tanto, inicialmente pretendo fazer uma breve ambientação do debate em torno da museologia social e em que consiste um museu comunitário. Em seguida, apresentar as experiências do Museu Comunitário Vivo Olho do Tempo, do Museu Quilombola do Ipiranga, do Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa e do Memorial das Ligas e Lutas Camponesas. Considero-os casos exemplares de museologia comunitária no Estado da Paraíba, tendo em vista que seus processos de musealização estão fortemente atrelados às suas lutas e às demandas sociais, bem como à preservação da memória de grupos e comunidades historicamente subalternizados e invisibilizados nos mecanismos institucionais de uma memória oficial.

As experiências descritas, considerando-as como corpus de uma realidade maior, nos permitem traçar algumas considerações e apontar algumas especificidades que caracterizam uma determinada museologia comunitária paraibana. Ademais, como microcosmos de nossa realidade local, também podem servir para traçar caminhos tomados pela museologia comunitária brasileira, em nível nacional.

Observamos que as experiências são relativamente recentes, todas datadas após os anos 2000, sendo um indício da influência das agendas públicas da PNM, que tem promovido ações voltadas para a museologia social. Também como uma característica comum a todas as experiências, podemos apontar o envolvimento ativo e o protagonismo de diferentes atores sociais nos processos de musealização das memórias coletivas de grupos com histórico de subalternização ou invisibilização nas políticas de preservação da memória nacional ou estadual. Movimentos sociais,

pesquisadores, ativistas culturais e representantes do poder público se envolvem ou apoiam essas ações. Isso impacta na questão da manutenção e sustentabilidade desses museus, haja vista que todos eles dependem, de uma certa maneira, do apoio do poder público ou de instituições não estatais na realização de suas ações.

Entretanto, é a atuação e a participação ativa da comunidade onde essas experiências estão inseridas que garantem a sua continuidade e o necessário grau de pertencimento às narrativas de memórias coletivas performatizadas nesses museus. Uma contribuição também nesse sentido é o fato de que as memórias coletivas apropriadas nesses espaços buscam se dar em primeira pessoa, ou seja, não são museus que descrevem “o outro” ou uma outra cultura. São construções e ressignificações de identidades e memórias coletivas a partir da vivência e do olhar dos próprios grupos e comunidades que participam dos processos de musealização de suas referências culturais. Como nos disse Brulon (2014), são um instrumento ou performance de autoconhecimento desses grupos. Isso não quer dizer, no entanto, que não haja conflitos nos processos de musealização, mas parte-se do princípio de que a configuração de memórias coletivas está inserida num cenário de disputas e relações de poder.

Os museus descritos também apontam para um fazer museal já amplamente experienciado e debatido pela museologia social e comunitária em diferentes lugares. As instituições museais não estão delimitadas às suas paredes, assim como a concepção de seus acervos não se restringe a objetos tridimensionais ou da cultura material. Pelo contrário, os casos confirmam que a potencialidade da atuação do museu não se limita à sua coleção física e que suas ações podem expandir-se e extrapolar-se ao território onde está inserido. O museu tem sentido na medida em que está organicamente relacionado ao seu território, bem como ao levar em conta que os processos de musealização estejam atrelados às demandas da sociedade e da comunidade a que serve. Atuam, portanto, na perspectiva do patrimônio integral, segundo os preceitos destacados na Mesa Redonda de Santiago do Chile.

Por fim, os processos de musealização nessas experiências são resultado de um jogo social onde a conformação de memórias coletivas é politizada, ou seja, é a memóriação atrelada às demandas e lutas sociais de grupos subalternizados, mas insurgentes. O processo de memóriação presente na museologia comunitária paraibana consiste no apoderamento da instituição museu por tais grupos como uma ferramenta de valorização de suas identidades e referências culturais, mas também como uma arma política e estética contra as opressões e injustiças sociais por que

passam as comunidades e os territórios onde vivem. Como destacaram Tereza Lersch e Cuauhtémoc Ocampo (2004), tais grupos se apropriam de uma instituição forjada e concebida para as elites político-econômicas para afirmar e legitimar seus próprios valores e identidades culturais. A memoriação, portanto, fundamenta-se na politização das memórias, que engendra as lutas sociais de grupos subalternizados e insurgentes, nas fissuras possíveis dentro das relações de poder e disputas que permeiam a conformação das memórias coletivas.

#### **Bibliografia:**

Bosi, Ecléa. (1994). Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras.

Brasil. Ministério da Cultura. (2003) Bases para a Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania. Brasília: MinC.

Bulon, Bruno. (2014). Os mitos do ecomuseu: entre a representação e a realidade dos museus comunitários. In Revista Brasileira de Museus e Museologia - Musas, nº 6. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, pp. 28-45.

Decarli, Georgina. (2013). Vigencia de la Nueva Museología en América Latina: conceptos y modelos. In Revista ABRA de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional. Costa Rica: Editorial EUNA.

Lersch, Teresa Morales. Ocamp, Cuauhtémoc C. (2004). O conceito de museu comunitário: história vivida ou memória para transformar a história?. Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas, Kansas City, Missouri.